

AS INFERÊNCIAS DA BRANQUIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAL, SOCIAL E INDIVIDUAL DOS SUJEITOS NEGROS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA

Thaisy Ferraz¹; Sara Carlos da Silva²; Luís Sérgio Sardinha³; Valdir de Aquino Lemos⁴

RESUMO

Passaram-se 130 anos de abolição, e as ressonâncias do período escravocrata persistem em nossa sociedade, o negro tem sua cor de pele utilizada como principal elemento de estigmatização, incidida através do racismo que dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismos identitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. Este trabalho pretende descrever e discutir sobre a ideologia da branquitude/branquidade que constitui uma importância negativa na constituição da identidade do sujeito negro. Para a elaboração deste trabalho o método utilizado foi o de revisão bibliográfica para isso foram pesquisadas nas plataformas, bvspsi, scielo, entre outras, 13 artigos acadêmicos, 5 teses, 2 dissertações, bem como 15 livros. Os resultados do presente trabalho mostram que a ideologia da branquidade manifesta através do racismo, interferem de forma negativa na construção das identidades (cultural, social e individual) do sujeito negro, assim como traz para este sofrimento psíquico. Assim concluiu-se que o papel da psicologia como ciência e prática é fundamental para promoção do bem estar biopsicossocial desta população, bem como agente atuante de provocações e discussões de políticas públicas mais isonômicas para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Racismo. Branquitude. Branqueamento. Identidade. Psicologia

ABSTRACT

After 130 years of abolition, and the resonances of the slave-owning period persist in our society, the Negro has his skin color used as the main element of stigmatization, caused by racism that hinders the dialogue between the different groups that make up Brazilian society, because it creates rigid symbolic boundaries, establishing identity binarisms, that is, an identity of what it is to be "black" against what is to be white, based on negative stereotypes for the former and positive for the latter. This work intends to describe and discuss about the ideology of whiteness / whiteness that constitute a negative importance in the constitution of the subject negro. For the preparation of this work the method used was the bibliographic review for this were researched on platforms, bvspsi, scielo, among others, 13 academic articles, 5 theses, 2 dissertations, as well as 15 books. The results of the present work show that the ideology of whiteness manifests through racism, interferes in a negative way in the construction of identities (cultural, social and individual) of the black subject, as well as brings to this psychic suffering. Thus it was concluded that paper of psychology as science and practice is fundamental for the promotion of the biopsychosocial well-being of this population, as well as acting agent of provocations and discussions of public policies more isonomic for Brazilian society.

Keywords: Racism. Branquitude. Whiteness. Identity. Psychology.

INTRODUÇÃO

No Brasil não existem espaços formais de segregação racial, contudo “pesquisas e dados apontam o contrário: persiste uma evidente desigualdade no trabalho, nos

¹ Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Brazcubas – Mogi das Cruzes.

² Mestranda em Saúde Pública, Mogi das Cruzes, Docente no Centro Universitário Brazcubas.

³ Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, Brasil (2011). Coordenador e Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Brazcubas – Mogi das Cruzes. Docente junto à Universidade do Grande ABC, UniABC, Santo André.

⁴ Doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo, Brasil (2016). Pesquisador do Comitê Paralímpico Brasileiro, Brasil. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Brazcubas – Mogi das Cruzes.

índices de nascimento e de morte, de violência, na divisão geográfica das cidades, nas oportunidades de êxito social, no lazer e também no policiamento e aprisionamento”(Geraldi; Santos,2014) das pessoas de pele escura.

De acordo com a última pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) a negros constituem 54%, da população brasileira e ocupam os lugares mais baixos da cadeia social (IBGE, 2010).

Os negros são a minoria de a população a terminar o ensino médio, mesmo com sistema de cotas constituem a minoria a cursar o ensino superior e também a ocupar os cargos de chefia e/ou comando nos postos de trabalho.

De acordo com as pesquisas do IBGE e do IPEA, constituem a maior parcela da população abaixo da linha da pobreza, e também com pouco acesso ao saneamento básico e a saúde (IBGE, 2010; IPEA, 2014).

Nas mídias impressas e nos telejornais os negros são sempre representados de forma estereotipada (principalmente nas mídias sensacionalistas), ligadas à criminalidade, nas telenovelas sua representatividade quase nula, é marcada por papéis de subalternidade, malandragem, dentre outras coisa e em novelas de época que retratam os tempos da escravidão, em sua grande maioria este representa o escravo, pacato, maltratado, submisso (PEREIRA; GOMES, 2001).

Nos presídios brasileiros cujo contingente carcerário ultrapassa 700 mil presos, os negros constituem uma parcela de cerca de 64% desta população, de acordo com os dados divulgados pelo Infopen, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, departamento ligado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante a pesquisas feitas durante o ano de 2014. Ao se analisar os gráficos, desta pesquisa a informação que se destaca é a proporção de pessoas negras presas: dois em cada três presos são negros (CNJ, 2014).

Os dados levantados pelo Infopen, ainda trazem uma estatística que embasa a constatação de que o Judiciário brasileiro exerce uma seletividade penal prejudicial à população negra, o que as informações evidenciadas em nossa pesquisa sobre a estrutura racista de nosso país (CNJ, 2014).

Quando se tratam da área da saúde, de acordo com pesquisas feitas, os negros representam 70% das internações feitas em hospitais psiquiátricos.

Os dados levantados em nossa pesquisa resultam nas desigualdades sociais, que por sua vez originam-se das relações raciais que são estruturadas pela ideologia hegemônica do século XVI, cuja prerrogativa é a manutenção dos privilégios da

população branca (branquitude), em detrimento da população negra.

Tendo sido identificado que a construção da identidade (cultural, social, individual), se dá de forma interacional e dialógica entre o sujeito e a sociedade, pode-se inferir neste trabalho que as ressonâncias do período escravocrata que perpetuam estereótipos negativos em relação à pessoa negra, inviabilizam e/ou dificultam uma identificação positiva, interferem negativamente na autoestima, na autoimagem, bem como na construção de sua identidade, trazendo para este indivíduo grande sofrimento psíquico (HALL, 1990; BENTO, 2002 ; SABÓIA, 2014).

Desta forma as ações da Psicologia, enquanto ciência e prática são fundamentais. Uma vez que as pesquisas futuras em torno do assunto tenderão no desenvolvimento de uma prática voltadas as singularidades do “ser negro” dentro de uma sociedade racializada, como a nossa. Bem como, possibilitarão a promoção de políticas públicas isonômica, a busca por equanimidade social, bem como o bem estar psíquico e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para esta população, cumprindo assim seu papel de agente biopsicossocial.

Assim sendo o escopo deste trabalho de conclusão de curso é descever e discutir de quais forma a ideologia da branquitude interferem na construção da identidade do sujeito negro de acordo com a visão da psicologia.

MÉTODOS

O presente trabalho de conclusão de curso foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e etnográfica que segundo Severino (1941), é a releitura de materiais bem como artigos científicos, livros, teses de mestrado, doutorado, entre outros.

Para as pesquisas dos artigos científicos foram utilizadas as palavras-chave, branquitude, negritude, adolescência, identidade e racismo, nas bases de dados Scielo, Bvsalud, Google acadêmico, dentre outras. Foram selecionados 13 artigos, que tratam das palavras chaves pesquisadas, além de 15 livros, e 5 teses de mestrado, 1 dissertação e 1 tese de doutorado. Os referencias compiladas dataram de 1933 ao ano de 2017 e foram todas lidas na língua portuguesa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

No presente trabalho de conclusão de curso pretendeu-se discutir e descrever acerca da ideologia impostas pela suposta “classe dominante” da branquitude e da branquidade e suas interferências na construção da identidade dos sujeitos negros. Para isso houve a necessidade de se recorrer à história da colonização brasileira que resultou na formação da sociedade tal como a conhecemos. Uma vez que as pesquisas evidenciaram, ser a identidade produto das decantações interacionais da sociedade. Sendo então para o negro a impositividade da branquitude/branquidade sendo empecilhos para a construção de uma identidade positiva do sujeito negro.

A história mostrou que o trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, foi sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, (THEODORO, 2008) e excludente.

Esse apanhando histórico acaba dando contorno ou delineando aquilo que chamamos de racismo estrutural. Afirma-se assim que o racismo deve ser entendido enquanto uma manifestação sociocultural, esquematizada, que privilegia pessoas brancas em detrimento de pessoas negras.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional (JACCOUD, 2008).

As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país. Nesse contexto, a consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o “branqueamento”, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais (THEODORO, 2008).

INTRODUÇÃO

Como mostram os dados do IPEA – levantados em pesquisa no ano de 2014, sobre a situação social da população negra, em quase todos os indicadores sociais (de renda, moradia, escolaridade, trabalho, seguridade social, etc.), mostram que a população negra está em desvantagem. Às diferenças do ponto de partida de cada grupo racial, soma-se a “resiliência do racismo que, como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, opera no sentido de amortecer o dinamismo do processo de inclusão social” (IPEA, 2014).

Para Heringer (2002) as desigualdades raciais, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos. Essas desigualdades estão presentes em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a infância, passando pelo acesso à educação, à infraestrutura urbana e cristalizando-se no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo. (HERINGER, 2002).

De acordo com as pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, as taxas de desocupação de negros e brancos em 2001 e 2012, destacam um aumento da proporção de negros desocupados em relação aos brancos, resultando em um aumento das desigualdades, os indicadores evidenciaram que entre a faixa etária de 45 a 60 anos, a taxa dos negros passou a ser 21% superior à taxa dos brancos, razão que correspondia a 16% em 2001. (IPEA, 2014).

Em seguida os dados sobre os rendimentos os gráficos também apontaram para as desvantagens da população negra que percebem rendimentos menores do que as brancas, e em 2012, apurou-se que o valor obtido pelos negros nunca foi superior a 62,9% do que é pago aos brancos, como é o caso dos que têm rendimentos provenientes de uma única ocupação. Nas demais situações, a razão entre os rendimentos é ainda menor, sendo mais desfavorável aos negros (37,7%) quando recebem rendimentos somados da seguridade e da ocupação. (IPEA, 2014).

A discriminação por cor/raça, na maioria das vezes age de forma velada, em virtude de leis que a proíbem, perpetrada por meio de “(...) mecanismos de expressão que não ferem abertamente essas normas” determina diferenças importantes no acesso e na assistência nas diferentes esferas da sociedade, como, por exemplo, na menor oportunidade de escolarização, “(...) na polícia e outras forças de autoridade e controle

social através de prisões ilegais e detenções arbitrárias (...), na justiça, como reflexo da falta de informação e da relação melhor rendimento econômico/melhor defesa e de penas distintas, (...)” (Pereira e col., 2003, p. 95; Lopes, 2005 *apud* Kalckmann *et. al.*, 2007).

Por fim os pesquisadores do IPEA concluem que é iminente a necessidade de enfrentar o racismo institucional que caracteriza o Brasil. Este enfrentamento implica desenvolver políticas de ações afirmativas para a população negra que atuem de forma complementar as políticas universais, garantindo que a melhoria da situação social da população esteja indissociavelmente vinculada à redução das desigualdades raciais. (IPEA, 2014).

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial são marcos legais que reconhecem as desvantagens históricas dessa população. O Estatuto traz diretrizes para a promoção da cidadania da população negra e aponta estratégias para enfrentamento da discriminação e o preconceito na sociedade brasileira. (GERALDI; SANTOS, 2014).

Em um artigo específico, o Estatuto aponta ainda para o grupo mais vulnerável entre a população negra: a juventude negra.

Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra. Parágrafo único. O Estado implementará ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social. (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, 2010 p.27).

De acordo com Geraldi e Santos (2014), o estatuto ainda aponta caminhos que contribuem para a estruturação de ações e serviços voltados a população presa e egressa do sistema prisional, uma forma de incidir nas estruturas sociais que geram ainda mais desigualdades e exclusão para essa população. Cabe ao poder público elaborar estratégias de enfrentamento da invisibilidade da questão racial e das desigualdades sociais impostas aos negros.

Falou-se do racismo institucional para dar uma melhor ênfase de quão nefasta se faz a ideologia da branquitude/branquidade em nossa sociedade, manifesta através do racismo institucional e individual.

A questão existencialista de Sartre demonstra que “a existência precede a essência”, sendo o homem agente da história ao mesmo tempo em que a determina, ou seja, primeiro o homem existe e depois busca algo que vá norteá-lo, (MARQUES, 1998

p.75), assim a realidade está na existência e na possibilidade do encontro do que é com o que não é, constituindo uma identidade através do compromisso lúcido que temos com a história, fazendo com que o sujeito exista para si e também para os outros, pois, o contexto social não anula sua singularidade, uma vez que ele detém a consciência dos limites e da insatisfação dos seus desejos. (ARNONI, 2015 p. 347).

Para Vygotsky (1998 *apud* Mello; Teixeira, 2012), o desenvolvimento humano se dá a partir da interação social, do sujeito no seu meio cultural. O ser humano é constituído por uma dupla série de funções: Naturais – regidas por mecanismos biológicos e Culturais – regidas por leis históricas. Além disso, a emergência em cada ser humano das funções culturais segue uma lei geral, lei genética geral do desenvolvimento cultural, ou seja, cada função aparece em cena duas vezes, em dois planos, primeira o social, depois o psicológico, primeiro entre pessoas com uma característica interpsicológica (VYGOTSKY, 1998, p.75 *apud* MELLO; TEIXEIRA, 2012).

Na sociedade brasileira, as relações se estabelecem baseadas em estereótipos que têm como padrão ideal o homem branco, de pele clara e cabelos lisos. Todos que se afastam desse padrão vão adquirindo ares de inferioridade (SANTOS; NETO, 2011), Sabe-se que ao longo da História, se propagou uma visão negativa e estereotipada do povo negro, tidos como: Selvagens, feios, sujos, maus, pobres, desonestos, incapazes; criando-se assim um bem branco e o mal negro (RAMOS; LICORI, 2015).

Com isso entende-se que, a maneira como o sujeito vê a si mesmo e se situa no mundo depende, fundamentalmente, da mensagem que ele recebe dos outros que lhe rodeiam.

Neste sentido, Santos e Neto (2011) afirmam que, o negro recebe uma carga de preconceitos e discriminações mais evidentes que os outros povos e grupos, pois, além do histórico de povo escravizado, teve suas características físicas e culturais vinculadas a aspectos pejorativos e inferiores na constituição da sociedade brasileira (SANTOS; NETO, 2011).

Christiane Neri (2011), em sua dissertação cuja pesquisa sobre identidade negra e reconhecimento afirma que, nos espaços compartilhados as identidades vão florescendo e ganhando significados confirmando a teoria de Taylor sobre o desenvolvimento da identidade humana se dar através dos diálogos, das trocas e das percepções mútuas (NERI, 2011).

Ainda de acordo com Taylor (*apud* Neri, 2011), as identidades são construídas

com elementos históricos que precedem as pessoas e com aquisições referenciais do presente que se materializam dialogicamente.

Eis aqui uma difícil missão para o sujeito negro, de construir uma identidade positiva para si, uma vez que a estrutura racial racista da sociedade inviabiliza tal processo.

De acordo com o Conselho Regional de Psicologia duas dimensões são atacadas diretamente: a identidade e a autoestima, (CFP, 2015) em se tratando do desenvolvimento da constituição do sujeito de cor negra, pois como estes não referenciais identitários valorizados na nossa sociedade (heróis, pessoas bonitas, inteligentes) restam assim a identificação com a sua “inferioridade natural” ou a reivindicação de um ideal de ego branco para si.

Assim sendo a construção das identidades cultural, social e individual, identidade, firmada pelo seu reconhecimento exógeno, ou seja, de imagens representativas, são solapadas, pois, há em torno do sujeito negro, o reconhecimento deturpado ou a negação de reconhecimento identitário propiciando o surgimento de sistemas repressivos baseados exatamente nas construções e percepções errôneas, notadamente de cunho estigmatizante e negativo.

É praticamente impossível que uma pessoa que não se enxergue como digna de respeito e admiração possa ter qualquer espécie de participação na esfera pública. A introjeção da inferioridade, da categoria de cidadão de segunda classe ou, pior ainda, de sub-gente, tem efeitos fortíssimos na naturalização das desigualdades (MATTOS, 2006).

Os vilipêndios ao quais os sujeitos negros são submetidos, por conta do racismo estrutural e individual, trazem consequências somáticas como a depressão, o alcoolismo, a ansiedade, a auto depreciação, síndrome do pânico. O quadro é complexo e requer certa experiência para se diagnosticar que essas manifestações podem advir da discriminação racial (CFP, 2015).

O racismo presente nas relações étnico-raciais no Brasil é um fator determinante das desigualdades e produz humilhação social e sofrimento psíquico dos negros, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais, sendo importante evidenciar as contribuições da psicologia para o enfrentamento dessa problemática (MARTINS, SANTOS, COLOSSO, 2013: 120 *apud* SILVA, 2017).

Essa situação constante de desencaixe social promovida pelo racismo e a discriminação racial provoca problemas graves para a saúde mental da população negra, na modernidade. Compreendemos como saúde mental como a tensão entre forças

individuais e ambientais que determinam o estado de equilíbrio psíquico das pessoas (Silva, 2004 *apud* Silva, 2017). O ambiente é fator importantíssimo para a manutenção do equilíbrio mental, pois os entorno social e econômico imediato de uma pessoa e a maneira como este ambiente interatua, com seus recursos psicológicos e atitudes de adaptação, vão influenciar na determinação de sua situação da saúde, física e mental (SILVA, 2017).

Valter da Mata, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, fala sobre os impactos do racismo na vida psíquica dos indivíduos e os desafios da Psicologia para enfrentar o tema, em entrevista concedida ao site do CFP.

Da Mata é mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e também professor de Psicologia, afirma que é preciso investir mais na formação de psicólogos (as) negros (as), além de assegurar a abordagem do assunto nas grades curriculares (CFP, 2015).

Nesta entrevista Valter da Mata(2015), chama a atenção para o fato de que apesar de existirem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem a discussão das relações raciais em todos os níveis de educação, vislumbra uma completa ausência do tema nas instituições de ensino superior – somando-se ao quadro a resistência dos alunos em discutir essas questões. As teorias que estudamos não trazem, na sua matriz, o reconhecimento da discriminação racial enquanto vetor, sendo então necessária uma releitura das mesmas para que o fenômeno venha a ser analisado de maneira adequada, enfatizando que as teorias utilizadas pela maioria dos profissionais de Psicologia são oriundas de países europeus ou dos Estados Unidos, propõem uma universalização do desenvolvimento humano e excluem completamente o legado cultural dos povos asiáticos, africanos e indígenas. E enfatiza que (as) psicólogos (as) estão, em sua maioria, completamente despreparados (as) para lidar com essas questões (CFP, 2015).

Assim sendo, é fundamental para o profissional entender como o racismo atravessa a sua compreensão de mundo, assim como o racismo atravessa a subjetividade da pessoa atendida. O que vemos na maioria dos casos é uma completa ignorância em reconhecer o racismo enquanto vetor de promoção de sofrimento e, por conseguinte, a expulsão do tema racismo das consultas psicológicas.

Valter da Mata se posiciona de forma categórica ao dizer que é “preciso que os (as) psicólogos (as) saibam que o racismo existe em nossa sociedade e afeta de forma decisiva a nossa forma de compreender o mundo. O racismo existente em nosso país atinge de forma distinta as pessoas a partir da sua cor de pele” (MATA, 2015).

O Sistema Conselhos de Psicologia tem uma função importantíssima nessa questão. Primeiramente porque nosso Código de Ética é fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e o racismo é uma das formas mais odiosas de violação de direitos, e argumenta que os objetivos e atribuições precípuos das comissões de direitos humanos do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e das Comissões dos CRP (Conselho Regional de psicologia), são os de incentivar a reflexões e debates sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia, e estudar os múltiplos processos de exclusão enquanto fonte de produção de sofrimento mental (CFP, 2015).

CONCLUSÃO

Com base nos resultados do presente trabalho de conclusão de curso, pode-se concluir que o racismo estruturou nossa sociedade tal como a conhecemos, via de regra viabiliza a exclusão moral e social do negro através de estigmas e estereótipos, danificam a autoimagem e a autoestima, que culminam por solapar a construção da identidade destes atores. A violência exercida pela ideologia da branquitude/branquidade manifesta através do racismo é tamanha que culmina no sofrimento psíquico dos sujeitos negros. Cabe aos profissionais de Psicologia, como ciência e prática, um estudo diretivo e não universalista, no tocante as especificidades do sofrimento da população negra para que se possa garantir efetivamente a saúde e o bem-estar de forma equânime na sociedade.

Faz-se importante salientar que esta pesquisa pode ter sido enviesada pelo fato dos temas pesquisados inferirem diretamente com a constituição social da pesquisadora.

Diante disso, sugere-se uma maior reflexão por meio dos formadores de opinião bem como filósofos, professores, profissionais da área da saúde para que haja uma maior igualdade social no que diz respeito ao racismo.

REFERÊNCIAS

III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - Pemesb-RJ. MUNANGA, Kabengele.2003."Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo e Etnia".Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>> acesso em: 03 maio 2018.

III Seminário de Pesquisa da FESPSP. Fundação e Escola Política de São Paulo-SP.SABÓIA, Evandro Finardi. **Uma breve reflexão sobre os termos branquitude e Branquitude.**2014.Disponível em:<
http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT11/8_REFLEXOES_BRANQUITUDE.pdf> Acesso em: 4 abril 2018.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro: A construção de subjetividade em afro-brasileiros.** Brasília: LGE Editora, 2008.

ANDRE, Maria da Consolação. **Processos de subjetivação em afro-brasileiros: anotações para um estudo.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 23, n. 2, p. 159-167, June 2007. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000200006&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 abr 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000200006>.

AZEVEDO, Celia M. Marinho de (1987) **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. Disponível em <
<http://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/livro-Onda-negra-medo-branco-1.pdf>>. Acesso em: 6 Março 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. A escravidão no Brasil. *In:Para uma história do negro no Brasil*.1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. p.11.Disponível em:<
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ARQUESE, Rafael de Bivar.**A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.** Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n 74, p.107-123. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013002006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Junho.2017.

BASTOS, Janaína Ribeiro Bueno. **O lado branco do racismo:A gênese da identidade branca e a branquitude.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 19, p. 211-231, jun. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em:
<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/33>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil.** CEERT PUBLICAÇÕES, CEERT, n. 36, p. 01-31, jan. 2002. Disponível em:
<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resen%20a2017_06_09_18_35_13.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

BENTO, Maria Aparecida da Silva *in: Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.*CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.). Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.187.

BILHEIRO.Ivan. A legitimação teológica do sistema de escravidão negra no Brasil: Congruência com o Estado para uma ideologia escravocrata. CES Revista. Centro de Ensino Superior Juiz de Fora. p.91-101. Disponível em: <

https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2008/a_legitimacao.pdf>. Acesso em : 12 mar 2018.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 12288, de 20 de jul. de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Das DAS OUIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

BRITO, Luciana da Cruz. **O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição**. Rev. Bras. Hist., São Paulo , v. 36, n. 72, p. 107-130, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000200107&lng=en&nrm=iso>. access on 09 May 2018. Epub Aug 08, 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_00

CARONE, Iray; Silva BENTO, Maria Aparecida (Org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.187.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e Racismo no Brasil. A/O Psicologa/o e seu protagonismo na transformação da realidade**. CRP SP, n. 190, p. 28-30, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.crpssp.org/fotos/pdf-2017-08-21-17-11-20.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

COSTA, Eliane Silvia. **Racismo como metaenquadre**. Revi. Inst. Estud. Bras., São Paulo ,n. 62,p. 146-163, Dec.2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742015000300146&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Apr. 2018.

COSTA, Katia Regina Rebello da. **De quando a pluralidade revela a invisibilidade**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). **Mídia e Questões Raciais**. 1. ed. Petrópolis, RJ: DP Et Alii.; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 40-44. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_534179bba62548129994a5ee618a1a65.pdf> Acesso em: 04 abr. 2018.

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.147p. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-praticacao-psicologao/>> Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo **Psicologia e Preconceito Racial** / Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. -- São Paulo: CRP/SP, 2007. 60f.: CHAUI, Marielena. **O Que é ideologia**. 7º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERRO, Rogério. **O negro sem cor no telejornalismo brasileiro**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). **Mídia e Questões raciais**. 1. ed.

Petrópolis, RJ: DP Et Alii, Brasília, DF : ABPN, 2012. p. 64-84. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_534179bba62548129994a5ee618a1a65.pdf> Acesso em: 04 abr. 2018.

FREIRE, Jurandir Costa. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Ed.Graal. Rio de Janeiro.RJ. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7cRDv6fYLjEc1JwWm03LTRXVzg/preview?pli=>>. Acesso em: 3 out. 2017.

GERALDI, Gisela Colaço; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos. **População Negra**. Políticas 2 , Brasília, v. 2, p. 01-03, jan. 2014. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/grupos-vulneraveis-1/populacao-negra.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **RACISMO E ANTI-RACISMO NO BRASIL**. Revista Novos Estudos, USP, n. 43, p. 26-44, jan. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2006. cap. 1, p. 11-14. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/hall-stuart-a-identidade-cultural-na-pos-modernidade.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro.18 (Suplemento):57-65, 2002 Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2002.v18suppl0/S57-S65/pt>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e Republica: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: THEODORO, Mário(org.). As políticas publicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição. Brasília : Ipea, 2008. 176 p. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf>. Acesso: 04 maio 2018.

JUNIOR, Edison Gomes. **A Ideologia Hegemônica em O Olho Mais Azul: cultura e Transformação Social**. Revista de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, v. 1, n. 14, p. 168-182, jan. 2010. Disponível em: <<http://200.144.182.130/revistacrop/index.php/pt/edicoes/23-edicao-14-20101>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

KALCKMANN, S. *et. al.* **Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS?**. Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.2, p.146-155, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sausoc/v16n2/14.pdf> Acesso: 04 maio 2018.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, Dec.

2004. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 22 June 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.

MATA, Valter da. **O racismo é, sim, promotor de sofrimento psíquico**. Brasília, CFP.28 OUT.2015. Entrevista ao site CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/o-racismo-e-sim-promotor-de-sofrimento-psiquico/>. Acesso: 30 abril 2018.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. ,1º reimpressão. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2012. 217 p.

MATTOSO, Kátia de Queirós: tradução James Amado. **Ser escravo no Brasil**.3 ed.,1º reimpressão. São Paulo:Brasiliense,1990.

MARTIN-BARO, Ignácio. **O papel do Psicólogo**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997. Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141394X199700010002&lng=en&nrm=iso>. access on 02 June 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

MEDEIROS, Carlos Alberto (2004). **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos**.Rio de Janeiro: D. P. & A. Editora

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes de; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **A interação social descrita por Vygotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias de rede**. In: IX ANPEDSUL.Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/6/871>>. Acesso em: 24 abril 2018.

MOTT, L. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. 294p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 26 fev 2018.

MOURA, C. (1988). **Rebeliões da Senzala-quilombos, Insurreições e guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

NERI, Christiane Soares Carneiro. **Identidade negra e reconhecimento: interrogando a lei 10.639/03 nas escolas do município de João Pessoa/PB**. 2011. 148 f. Dissertação (Pós- Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4359/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

NOGUEIRA, Isildinha B. **O corpo da mulher negra: o corpo da mulher negra**. In: Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, 1999, São Paulo. Pulsional Revista de Psicanálise.SÃO PAULO.Editora Escuta, 1999. p. 40-45. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/135_04.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PAIXÃO, M. J. P. (2003). **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: Editora D. P. & A.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **DA BRANQUIDADE DO ESTADO NA OCUPAÇÃO**

DA CIDADE. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 31, n. 91, e319109, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200509&lng=en&nrm=iso>. access on 10 maio 2018. Epub July 04, 2016. <http://dx.doi.org/10.17666/319109/2016>.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Nubia Pereira de Almeida MAGALHÃES. **Ardis da Imagem: Exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza edições; Puc Minas, 2001. 304 p.

PEREIRA, Washington Kuklinski et al. **O traço e a pena: a campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Illustrada (1884-1888)**. 2010.

RAMOS, Sebastian; LICORI, Elaine dos Santos. **A visão discriminatória e estereotipada sobre o negro no contexto escolar**. In: CONEDU-CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, II. 2015, Campina Grande. Anais Conedu II ... Paraíba: Realize, 2015. p. 01-12. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA14_ID7916_08092015173245.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. 21ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p.455.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. **Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso>. access on 02 June 2017.

SANTOS, Marzo Vargas dos Santos; NETO, Vicente Molina. **Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes**. Cadernos de pesquisa. v.41, n.143, maio/agosto. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a10v41n143.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2018.

SANTOS, Wilson Pereira dos. **Técnicas da Tortura: Punições e castigos de escravos no Brasil escravista**. 16. ed. Goiânia: [s.n.], 2013. 2393 p. v. 9. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/humanas/Tecnicas%20da%20Tortura.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SILVA, Rafael Pereira da. **Trauma Cultural e sofrimento social: Do banzo às consequências psíquicas do racismo para o negro**. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, XXIX., 2017, Brasília. Contra os preconceitos : História e democracia. BRASÍLIA/UNB: [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521_ARQUIVO_Traumassocialesofreimentocultural.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SILVA, Mario Medeiros da. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Revista Critica Marxista, Unicamp, v. 16, n. 36, p. 163-165, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resen%20a2017_06_09_18_35_13.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo” : raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana** . 2012. 160 f. Tese(Doutorado)- Universidade de São Paulo 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SCHUCMAN, L. V. (2014). **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94.

SCHUCMAN, L. V., Martins H. V. (2017). **A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 172-185. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1982-370313000201>>. Acesso em 26 abril 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990. (Coleção tendências, v. 4). Disponível em: <<https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/tornar-se-negro-neusa-santos-souza.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. **A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública**. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 37, n. 99, p. 580-587, Dec. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400005&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000400005>.

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. In: THEODORO, Mário(org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição*. Brasília : Ipea, 2008. 176 p. Disponível em :< http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf >. Acesso: 04 maio 2018.